



APENSADOS

## CÂMARA DOS DEPUTADOS

AUTOR:  
(DO SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES)

Nº DE ORIGEM:

## EMENTA:

Acrescenta artigo à Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000.

## DESPACHO:

09/03/2001 - (À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO - ART. 24, II)

## ENCAMINHAMENTO INICIAL:

AO ARQUIVO, EM / /

REGIME DE TRAMITAÇÃO  
ORDINÁRIA

COMISSÃO	DATA/ENTRADA
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /

## PRAZO DE EMENDAS

COMISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /

## DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a): \_\_\_\_\_ Presidente: \_\_\_\_\_  
Comissão de: \_\_\_\_\_ Em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

A(o) Sr(a). Deputado(a): \_\_\_\_\_ Presidente: \_\_\_\_\_  
Comissão de: \_\_\_\_\_ Em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

A(o) Sr(a). Deputado(a): \_\_\_\_\_ Presidente: \_\_\_\_\_  
Comissão de: \_\_\_\_\_ Em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

A(o) Sr(a). Deputado(a): \_\_\_\_\_ Presidente: \_\_\_\_\_  
Comissão de: \_\_\_\_\_ Em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

A(o) Sr(a). Deputado(a): \_\_\_\_\_ Presidente: \_\_\_\_\_  
Comissão de: \_\_\_\_\_ Em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

A(o) Sr(a). Deputado(a): \_\_\_\_\_ Presidente: \_\_\_\_\_  
Comissão de: \_\_\_\_\_ Em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

A(o) Sr(a). Deputado(a): \_\_\_\_\_ Presidente: \_\_\_\_\_  
Comissão de: \_\_\_\_\_ Em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

A(o) Sr(a). Deputado(a): \_\_\_\_\_ Presidente: \_\_\_\_\_  
Comissão de: \_\_\_\_\_ Em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

A(o) Sr(a). Deputado(a): \_\_\_\_\_ Presidente: \_\_\_\_\_  
Comissão de: \_\_\_\_\_ Em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

A(o) Sr(a). Deputado(a): \_\_\_\_\_ Presidente: \_\_\_\_\_  
Comissão de: \_\_\_\_\_ Em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 3.960, DE 2000  
(DO SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES)



Acrescenta artigo à Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000.

(À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO - ART. 24, II)

O Congresso Nacional decreta:

Acrescentar o seguinte artigo à Lei nº 10.028 de 19 de outubro de 2000.

Art. 1º O disposto nesta lei não se aplica aos administradores públicos que tenham agido de forma diversa daquela determinada pela responsabilidade fiscal a partir de autorização dos eleitores da circunscrição respectiva, manifestada em plebiscito especialmente convocado.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

### JUSTIFICAÇÃO

O que é o supremo juiz! Se o povo de um determinado município julgar que para si o mais conveniente seja algo diverso daquilo que foi estabelecido como responsabilidade fiscal, que assim seja! Não se pode condenar crime a representação legítima da vontade do povo.

Sala das Sessões em,

14/12/00

*Virgílio Guimarães*  
Deputado Virgílio Guimarães

Lote: 81 Caixa: 168  
PL N° 3960/2000  
2

PLENÁRIO - RECEBIDO  
Em 14/12/00 às 10:48  
Nome [assinatura]  
Ponto 386/90





**LEI Nº 10.028, DE 19 DE OUTUBRO DE 2000.**

ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7  
DE DEZEMBRO DE 1940 - CÓDIGO PENAL,  
A LEI Nº 1.079, DE 10 DE ABRIL DE 1950, E  
O DECRETO-LEI Nº 201, DE 27 DE  
FEVEREIRO DE 1967.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono  
a seguinte Lei:

Art 5º Constitui infração administrativa contra as leis de finanças  
públicas:

I - deixar de divulgar ou de enviar ao Poder Legislativo e ao  
Tribunal de Contas o relatório de gestão fiscal, nos prazos e condições  
estabelecidos em lei;

II - propor lei de diretrizes orçamentárias anual que não contenha as  
metas fiscais na forma da lei;

III- deixar de expedir ato determinando limitação de empenho e  
movimentação financeira, nos casos e condições estabelecidas em lei;

IV - deixar de ordenar ou de promover, na forma e nos prazos da lei,  
a execução de medida para redução do montante da despesa total com pessoal  
que houver excedido a repartição por Poder do limite máximo.

§ 1º A infração prevista neste artigo e punida com multa de trinta  
por cento dos vencimentos anuais do agente que lhe der causa, sendo o  
pagamento da multa de sua responsabilidade pessoal.

§ 2º A infração a que se refere este artigo será processada e julgada  
pelo Tribunal de Contas a que competir a fiscalização contábil, financeira e  
orçamentária da pessoa jurídica de direito público envolvida.

Art 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de outubro de 2000; 179º da Independência e 112º da  
Independência.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

José Gregori



CÂMARA DOS DEPUTADOS

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

### TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

#### PROJETO DE LEI Nº 3.960/00

Nos termos do art. 119, *caput* e inciso I do Regimento

Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 1º, I, da Resolução nº 10/91, o Senhor Presidente determinou a abertura e divulgação na Ordem do Dia das Comissões, prazo para recebimento de emendas a partir de 30/04/01, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram apresentadas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 07 de maio de 2001.

  
SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA  
Secretário





guia 10/04.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO**

**PROJETO DE LEI Nº 3.960, DE 2000**

**“Acrescenta artigo à Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000”.**

**AUTOR:** Deputado **VIRGÍLIO GUIMARÃES**  
**RELATOR:** Deputado **JOSÉ GENOINO**

**I - RELATÓRIO**

O Projeto de Lei nº 3.960/00, de autoria do nobre Deputado Virgílio Guimarães, objetiva acrescentar artigo à Lei nº 10.028/00, que cuida das infrações administrativas contra as leis de finanças públicas.

O artigo incorporado pelo nobre parlamentar dispõe que não se aplica o disposto na referida lei aos administradores públicos que tenham agido de forma diversa daquela determinada pela responsabilidade fiscal a partir de autorização dos eleitores da circunscrição respectiva, manifestada em plebiscito especialmente convocado.

Cabe agora a esta Comissão pronunciar-se sobre a constitucionalidade, a juridicidade, a técnica legislativa e o mérito do PL nº 3.960/00

É o relatório.



## II – VOTO DO RELATOR

Quanto aos aspectos constitucionais sobre os quais deve esta Comissão se pronunciar, nada tenho a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à legitimidade da iniciativa concorrente.

Quanto às questões de juridicidade e técnica legislativa, o texto encontra-se formalmente harmônico com a ordem jurídica vigente.

Relativamente ao mérito, resta-nos louvar a iniciativa, que visa proteger os interesses da população, quando divergentes do que foi estabelecido como responsabilidade fiscal e manifestados em plebiscitos específicos.

Diante do acima exposto, votamos pela **CONSTITUCIONALIDADE, JURIDICIDADE E BOA TÉCNICA LEGISLATIVA** e, quanto ao mérito, pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 3.960, de 2000.

Sala da Comissão, em 29 de Maio de 2001

  
Deputado **JOSÉ GENOÍNO**  
**PT-SP**